

NOTAS PRELIMINARES SOBRE A PESQUISA "A FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA DA UFMG E O PROCESSO DE REFORMA PSIQUIÁTRICA EM MINAS GERAIS NAS DÉCADAS DE 60, 70 E 80"

Izabel Christina Friche Passos*

Fernanda Moura Braga**

Maria Stella Brandão Goulart***

Marcela Alves Abreu****

RESUMO: Este trabalho é parte de pesquisa mais ampla intitulada "As instituições universitárias e a construção da reforma psiquiátrica mineira nos anos 60, 70 e 80", financiada pela FAPEMIG e coordenada pela professora Maria Stella Brandão Goulart, da PUC-Minas. Investigamos a formação universitária oferecida no período recortado pelas seguintes instituições de Belo Horizonte: os cursos de Psicologia da PUC-Minas, UFMG e FUMEC; a pós-graduação em Psiquiatria oferecida pela FHEMIG no Instituto Raul Soares; e a pós-graduação em Saúde Pública da ESMIG (Escola de Saúde de Minas Gerais). Os objetivos são: identificar e avaliar a participação das variáveis de cultura formal em processos de mudança social; investigar as relações entre as instituições de credenciamento profissional de nível superior em Psicologia e Psiquiatria no processo de Reforma Psiquiátrica em Minas Gerais. No presente artigo, apresentamos os resultados referentes ao curso de Psicologia da UFMG.

PALAVRAS-CHAVE: Reforma Psiquiátrica; Universidade; Cultura Profissional.

PRELIMINARY NOTES ON THE RESEARCH "THE FORMATION IN PSYCHOLOGY AT UFMG AND THE PSYCHIATRIC REFORM PROCESS IN MINAS GERAIS, BRAZIL, IN THE 60's, 70's AND 80's"

ABSTRACT: This paper is part of a wider research entitled "University organizations and the psychiatric reform process in the 60's, 70's and 80's in Minas Gerais, Brazil", funded by FAPEMIG and coordinated by Maria Stella Brandão Goulart, from PUC-Minas. We researched the university training offered in the period at the following institutions of Belo Horizonte: PUC-Minas, UFMG and FUMEC Psychology courses; post-graduation in Psychiatry offered by FHEMIG at Instituto Raul Soares; post-graduation in Public Health offered by ESMIG (Minas Gerais School of Health). The goals are: to identify and evaluate the participation of formal culture variables in social change processes; to investigate the relationship among the main organizations of professional training in Psychology and Psychiatry in the Psychiatric Reform process in Minas Gerais. In the present article, we present the results related to Psychology courses at UFMG.

KEYWORDS: Psychiatric Reform; University; Professional Culture.

* Docente do Departamento e do Programa de Pós-graduação em Psicologia (Mestrado e Doutorado) da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais - Fafich /UFMG; Coordenadora do Laboratório de Grupos, Instituições e Redes Sociais/Projeto Prisma. E-mail: izabelpassos@fafich.ufmg.br

** Discente e Ex-bolsista PIBIC do curso de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. E-mail: febraga@yahoo.com.br

*** Docente do Departamento de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC Minas; Pesquisadora do Laboratório de Psicologia e Direitos Humanos. E-mail: goulartstella@yahoo.com.br

**** Discente e bolsista PIBIC/FAPEMIG/PUC-Minas do curso de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC Minas. E-mail: abreumarci@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta dados parciais da investigação acerca da participação do curso de Psicologia da UFMG no processo de reforma psiquiátrica em Minas Gerais no período correspondente às décadas de 1960, 70 e 80¹. A pesquisa investiga a formação universitária oferecida, no período recortado, pelas seguintes instituições de Belo Horizonte: os cursos de Psicologia da UFMG, PUC-Minas e FUMEC; a pós-graduação em Psiquiatria da FHEMIG no Instituto Raul Soares; e a pós-graduação em Saúde Pública da ESMIG (Escola de Saúde de Minas Gerais), centros de formação recorrentemente referenciados pelos atores entrevistados. Aqui será enfocada apenas a formação em Psicologia da UFMG.

As atividades curriculares em Psicologia, extensionistas e de pesquisa, desenvolvidas na UFMG no período investigado, algumas delas diretamente voltadas para a saúde mental e a saúde coletiva, parecem ter contribuído para a construção de uma cultura crítica em torno das práticas que antecederam e ajudaram a consolidar a Reforma Psiquiátrica em Minas Gerais. Apesar de, no mundo acadêmico, as relações entre teoria e prática serem muitas vezes desvinculadas, no contexto específico estudado houve certa articulação entre o pensamento crítico universitário e as ações desenvolvidas nos serviços públicos de assistência à saúde mental. As atividades acadêmicas a que nos referimos foram desenvolvidas em hospitais psiquiátricos, centros de saúde municipais e estaduais e em diversas comunidades da região metropolitana de Belo Horizonte e do interior de Minas. Em nossa percepção, contribuíram, de alguma maneira, para a consolidação da Reforma Psiquiátrica e para a implantação de políticas públicas na área da saúde mental.

A escolha do curso de Psicologia da UFMG se justifica pelo fato de ter sido o segundo curso de formação da área “Psi” criado em Belo Horizonte e ter se tornado referência regional na produção de conhecimento no campo, principalmente a partir da criação do Mestrado em Psicologia em 1989. O curso de graduação foi criado em 1963, logo em seguida ao curso da PUC-Minas, através de intensa articulação política do professor Pedro Parafita Bessa. Seus primeiros professores vieram do antigo SOSP (Serviço de Orientação e Seleção Profissional) e do Banco da Lavoura, como Pierre Weil e Célio Garcia.

As universidades, em nosso estudo, além de centros de

produção de conhecimento, são entendidas como centros credenciadores de profissionais, pois sua atuação não pode ser desvinculada da demanda social por formação especializada. É neste sentido que procuramos compreender se, e em que medida, a formação oferecida pelo curso de Psicologia da UFMG, através de suas práticas de ensino, pesquisa e extensão, produziu impacto sobre o processo de reforma psiquiátrica mineira. Tal processo implicou e implica em mudanças fundamentais na atuação profissional tradicional, historicamente caracterizada pela prática clínica de tipo privatista. A investigação apontou a importância da atuação universitária, através das práticas de alunos e professores nos espaços externos à Universidade, tais como em centros de saúde, ambulatórios e hospitais psiquiátricos, visto que foram as transformações ocorridas nestes locais que propiciaram a construção de mudanças efetivas na assistência à saúde mental mineira. Destacam-se, especialmente, as ações desenvolvidas pelo Setor de Psicologia Social, nos mais diversos contextos, de que são exemplos as consultorias dadas aos Hospitais André Luís e Galba Velloso. O Setor, como era afetivamente chamado, foi por mais de uma década coordenado pelo professor Célio Garcia, cuja atuação e promoção de importantes iniciativas certamente tiveram impacto direto sobre as práticas em saúde mental desenvolvidas desde a década de 60.

Entendemos as instituições de formação, em sua relação com a reforma, como espaços polissêmicos e contraditórios. Baseamos a análise das ações, atores e produtos recenseados em autores do campo da análise das instituições (CASTORIA-DIS, 1991; LOURAU, 1975; LAPASSADE, 1983; BAREMBLITT, 1992). Isso nos permite investigar a forma pela qual as ações e os atores foram influenciados pelas complexas relações ideológicas, políticas e econômicas que permeiam o curso de Psicologia da UFMG, visto que elas podem determinar, por exemplo, escolhas por um campo de trabalho ou por uma teoria específica. As contribuições das ideias de Santiago e colaboradores (1998) e Vasconcelos (2004), neste sentido, apontam as consequências da presença de um modelo hegemônico de psicólogo clínico nos serviços de saúde mental.

2 METODOLOGIA

Através da realização de entrevistas com pesquisadores, professores e ex-alunos, atuantes no período recortado, e de pesquisa documental sobre os currículos de psicologia, coletamos dados que foram avaliados segundo a metodologia da

¹ De acordo com sugestão de Eduardo Vasconcelos, consultor da pesquisa, estendemos em dois anos o período enfocado, a saber, até 1992, quando, de fato, podemos identificar, a partir de 1993, o início do período de implantação da rede municipal de saúde mental na cidade pela gestão municipal petista de Patrus Ananias, com a criação das primeiras estruturas substitutivas aos hospitais psiquiátricos.

análise de conteúdo. Inicialmente, foi elaborada uma lista de palavras-chave a partir de consultas a programas de disciplinas do curso de psicologia da PUC-Minas, por onde a pesquisa foi iniciada. Esta lista norteou o processo de análise também na UFMG. Procuramos identificar a frequência de aparecimento de termos e temas como *antipsiquiatria, psiquiatria, psicopatologia, normalidade e anormalidade, doença mental, saúde mental, hospital psiquiátrico, loucura, etc.*, buscando identificar a maneira como tais conteúdos eram abordados pelos programas de disciplinas da grade curricular.

Os estudos teóricos se iniciaram pelo levantamento bibliográfico de autores que estudaram o processo de reforma psiquiátrica. Em seguida, realizamos análises de currículos, eventos, projetos de pesquisa e de extensão universitária que enfocavam a temática saúde mental e fizemos entrevistas semi-estruturadas, gravadas e minuciosamente transcritas com representantes do corpo discente e docente do período estudado.

As entrevistas seguiam um roteiro padrão, onde eram feitas perguntas que tentavam abordar a relação entre a história pessoal dos entrevistados, o processo vivenciado na Universidade e suas implicações para a reforma psiquiátrica mineira. No entanto, de acordo com o entrevistado, construímos um roteiro específico onde as perguntas foram estruturadas segundo o seu próprio percurso. Isto permitiu que conhecêssemos a contribuição pessoal de cada um dos atores no processo estudado.

No processo de análise das entrevistas, procuramos identificar como os respectivos atores configuraram as redes de colaborações entre as instituições. Além disto, para cada entrevista construímos uma linha do tempo, onde os produtos dessas relações, devidamente datados, foram evidenciados. Dentre estes produtos, procuramos destacar as atividades disciplinares ou de ensino, de extensão e de pesquisa; os estágios curriculares; as referências bibliográficas adotadas; os nomes de pessoas e os acontecimentos que poderiam ser relacionados ao processo de reforma psiquiátrica mineira.

No processo de análise documental, utilizamos fichas onde eram destacados os nomes dos atores envolvidos, as instituições ligadas às atividades documentadas, as referências bibliográficas utilizadas e os acontecimentos citados no documento.

Os textos referentes ao levantamento bibliográfico foram estudados em um grupo de estudos do Laboratório de Direitos Humanos (LADHU - PUC-Minas). Muitos deles também foram sintetizados na forma de fichamento.

3 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A pesquisa na UFMG apresentou dificuldades, pois documentos específicos do Colegiado do Curso de Psicologia, tais como ementas e currículos do período investigado, não se encontravam disponíveis. Fomos informados de que eles poderiam ser encontrados no Arquivo Morto da FAFICH (Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas), ao qual pertence o Departamento de Psicologia. Mas, pelo fato da sala deste arquivo estar em reformas desde a época em que iniciamos nossas investigações, não obtivemos êxito em recuperar estes arquivos. Desta forma, o conteúdo foi abordado através dos relatos orais das entrevistas. Neste sentido, Marília Mata Machado contribuiu enormemente, pois nos cedeu cronogramas de disciplinas ofertadas pelo Setor de Psicologia social durante as décadas de 60 e 70. Além disto, através dela obtivemos documentos referentes à prática de Psicologia comunitária, à formação de Psicologia ofertada no curso da UFMG e, especificamente, sobre o Projeto Guimarães Rosa, desenvolvido no Hospital Raul Soares.

Os entrevistados foram: Célio Garcia, Cornelis Johan van Stralen, Jacques Ackerman, Marcos Vieira Silva, Marília Mata Machado e Wellington Tibúrcio. As décadas de 60 a 80 foram abordadas pelos relatos de Marília e Cornelis, visto que os dois, ao terminarem sua graduação nas décadas de 60 e 70, respectivamente, permaneceram na universidade como professores efetivos. Célio relatou fatos pontuais das décadas de 60 e 70. Marcos relatou, principalmente, os acontecimentos da década de 70. Jacques e Wellington relataram fatos da década de 80.

Da década de 60, vários acontecimentos foram citados. No âmbito do curso de Psicologia, ocorreu a criação do Setor de Psicologia social e do Centro de Estudos de Psicologia (CEP), entidade estudantil. Em 1967, o Setor cria o Centro de Psicologia Social Aplicada (CEPSA), dedicado à pesquisa e aplicação da psicologia social. Seu caráter interdisciplinar permitia a reunião de professores de várias áreas (ciências sociais, comunicação, etc). Em 1968, ele é oficializado e renomeado para Centro de Pesquisa em Psicologia e Sociologia. No entanto, posteriormente, suas atividades não tiveram continuidade. Em relação a este período, segundo Machado ([1985] 2004a; 2001; 2004b) era possível se observar certa divisão entre teoria e prática. No âmbito da gestão pública dos serviços de saúde mental, ocorreu a criação da Fundação de Educação e Assistência Psiquiátrica (FEAP), em 1968, que nesta época já defendia a ideia de ênfase em atendimento ambulatorial.

O Setor de Psicologia social, liderado por Célio Garcia (2004) reunia um grupo grande, diversificado e interdisciplinar de professores e alunos da FAFICH; mais de uma centena de pessoas atuavam nele, segundo Machado (1985). Possuía pro-

fessores do Departamento de Psicologia, de Ciências Sociais, de Comunicação Social, de Economia. Dentre eles, podemos citar: Marília Mata Machado, Maria Elizabeth de Melo Bomfim, Cornelis Johanen van Stralen, Maria Emília Amarante Torres Lima, Sônia Maria Fleury Teixeira, Leila Mariné da Cunha, Maria Regina Durães de Godoy, Regina Helena de Freitas Campos, José Francisco da Silva, José Newton Garcia de Araújo, Paulo Rogedo, José Renato Campos do Amaral, Romualdo Dâmaso, Regina Lúcia Goulart Botelho, Júlio Miranda Mourão, Renato Gusmão, Maria Castanheira Bouchardet, Nilza Rocha Fêres, Margit Reinecke, Rosa Maria Ferreira Nehmy Lévy, Vânia Franco, Lázaro Elias Rosa, Édyla Crepaldi, Anna Edith Bellico da Costa, Sônia Marques Cerqueira, Iolanda Falci, Maria Auxiliadora Bahia, Marcos Goursant, Maria Lúcia Afonso, Karin Ellen Von Smigay, Sandra Maria da Mata Azeredo, Bruno Fróes.

Nesta década, as disciplinas de Psicologia social abordavam a temática da saúde mental através dos seguintes conteúdos: intervenção psicossociológica, saúde pública e educação sanitária, a doença e as relações médico-pacientes, a doença como um papel social, contribuição da Psicologia social aos programas de Saúde Pública e análise institucional. As disciplinas de Psicologia social também foram ofertadas em outros cursos de graduação e mestrado, dentre eles, no Mestrado em Administração e na Faculdade de Educação.

Neste período podemos perceber certa predominância de disciplinas onde a psicoterapia grupal como formação clínica e a dinâmica de grupo eram enfatizadas, além de práticas baseadas na Análise institucional. Neste contexto, as visitas de André Levy e de Max Pagés, ocorridas em 1968 no âmbito de um convênio informal do Setor com o Consulado Francês, trouxeram contribuições teóricas sobre intervenção psicossociológica. As intervenções realizadas por Célio Garcia em 1964, no Hospital Galba Velloso, ao utilizar a inversão de papéis e a análise do poder como forma de se trabalhar as relações e os atritos presentes na equipe do hospital, demonstraram como as influências destas teorias se fizeram presentes nas atividades executadas, nas mais diversas instituições, pelo Setor. No entanto, não devemos desconsiderar a dominância da Psicologia experimental no curso como um todo. Abordagem hegemônica até meados dos anos 70, só em 1974, quando acontece a mais polêmica e disputada mudança curricular da história do curso: os conteúdos de psicologia social e de psicanálise são introduzidos.

Durante a década de 70, ocorreram acontecimentos marcantes no âmbito da psicologia da UFMG. Em primeiro lugar, as visitas de Georges Lapassade e Michel Foucault em 1972

e 1973, respectivamente, que deixaram marcas profundas no grupo que os acompanhou nos cursos, seminários e palestras realizados. A Reforma curricular do curso de Psicologia, em 1974, proporcionou a incorporação das disciplinas de Psicologia Comunitária (tido como a primeira disciplina com tal título no país), Intervenção Psicossociológica, além de outras disciplinas em que o conteúdo de Psicanálise fora introduzido. Os Ciclos de debates promovidos pelo CEP, onde se discutia autores como Foucault e Paulo Freire, em 1975. O início do Grupo de Recreação Terapêutica (GRT) no Instituto Raul Soares, em 1978, que era constituído por estudantes de Medicina, Psicologia, Ciências Sociais e Musicoterapia. O Encontro organizado na Faculdade de Letras da UFMG, em 1979, por Marília Mata Machado e Romualdo Dâmaso, onde se defendia um Movimento de resistência nacional contra os currículos mínimos dos cursos de Psicologia. No âmbito da gestão pública, dos serviços de saúde mental, ocorreu o I Congresso de Psiquiatria em 1970; a Primeira Semana de estudos de saúde comunitária (SESAC), em 1974; o 1º seminário nacional do PISA (Programa Integrado dos Serviços de Saúde do Norte de Minas), em Belo Horizonte, em 1976, que proporcionou a criação do Projeto Montes Claros; o início do Plano Integrado da Saúde Mental (PISAM) em Minas Gerais, em 1977, coordenado pelo psiquiatra Lorenzato; o III Congresso Mineiro de Psiquiatria, em 1979, que desencadeou o processo de Reforma Psiquiátrica de maneira explícita e definitiva.

Neste período, a influência da Psiquiatria comunitária, segundo Célio Garcia, proporciona o surgimento do conceito de saúde mental. A Psicologia social nessa época começa a se voltar para a Saúde Coletiva, sintonizando suas práticas com o movimento sanitarista. Isto fez com que muitas atividades do Setor de Psicologia social desenvolvessem ações de prevenção, participação e controle social de políticas públicas. Dentre elas, podemos citar o Projeto Capim Branco, em 1973, onde Cornelis e Júlio Mourão atuavam em áreas de risco epidêmico de esquistossomose; além da criação do Projeto Montes Claros, em 1976, através de financiamento da Secretaria Estadual de Saúde, que também orientava suas ações dentro da lógica do movimento sanitarista.

Além disto, outras atividades importantes foram desenvolvidas pelo Setor, tais como: o Curso de Análise Institucional ministrado pelo Professor Georges Lapassade, em 1972; o Curso de Sociologia da doença mental, conduzido por Esther Maria de Magalhães Arantes para médicos, psicólogos e enfermeiros no Hospital André Luiz; a Análise Psicossociológica do I Congresso Mineiro de Psiquiatria, em 1970, realizada por Ana Edith

Bellico da Costa e Esther Maria de Magalhães Arantes; o Grupo de discussão sobre Doenças mentais, em 1971, orientado por Célio Garcia.

A discussão sobre a Reforma Curricular do curso de Psicologia da UFMG, iniciada em 1973, mobilizou os professores do Departamento de Psicologia, num embate acalorado entre psicologia social e psicologia experimental, envolvendo a participação ativa de integrantes do movimento estudantil, dentre os quais podemos destacar Marcos Vieira e Eduardo Mourão Vasconcelos. O currículo em vigor desde 1963 apresentava um excesso de disciplinas técnicas ou com conteúdo muito conservador e importado da psicologia norte-americana: Psicologia Geral e Experimental I, II, III e IV; Estatística I, II, III e IV; Desenvolvimento I, II, III e IV. Estas disciplinas eram vistas como representantes da hegemonia do behaviorismo no curso. Apesar da disputa acirrada entre as duas áreas, o currículo adotado apresentou poucas, mas significativas modificações, dentre as quais podemos destacar a introdução de Psicologia Comunitária e Ecologia Humana, lecionada pela primeira vez no Brasil, onde seu conteúdo expressava uma proximidade com a luta pelos direitos humanos e pela saúde pública; Psicolinguística; Intervenção psicossociológica; Psicanálise e linguagem; Economia política e Ética; além da exclusão de Psicologia Geral e Experimental IV, Estatística IV, Desenvolvimento IV. O grande ganho da reforma curricular foi o número de disciplinas optativas introduzido, o que dava enorme flexibilidade de escolha aos alunos.

Na década de 80, as reformas ocorridas nos hospitais psiquiátricos mineiros, dentre eles o Galba Velloso, em 1983, e o Instituto Raul Soares, em 1982, redirecionaram as práticas implementadas pelas equipes de saúde mental em Belo Horizonte. O Plano CONASP, criado em 1983, apesar de não ter sido efetivado, norteou a construção de atividades de integração, na área de saúde mental, entre a assistência pública de saúde e a saúde previdenciária, o que permitiu que os atendimentos nos serviços ambulatoriais e hospitalares fossem reestruturados, além de possibilitar a criação, em 1985, do Programa de Ações de Saúde Mental para a Região Metropolitana de Belo Horizonte (SANTIAGO et al., 1998).

As ações da Universidade, através de estágios desenvolvidos nas instituições de saúde, tentaram acompanhar estas mudanças. Em 1983, houve a implantação do Projeto de Integração Docente Assistencial na região metropolitana de Belo Horizonte e no norte de Minas através de um convênio feito entre a Secretaria de Estado da Saúde, o Centro Metropolitano de Saúde e o Departamento de Psicologia da UFMG. Isto per-

mitiu que os alunos do curso de psicologia dos últimos períodos, supervisionados pelo professor Cornelis, fizessem estágio nos centros de saúde de Belo Horizonte e no norte de Minas. Nos centros de saúde, o estágio era organizado visando à implementação de equipes de saúde mental, onde incentivava-se a integração entre as atividades dos alunos de Psicologia e do curso de Serviço Social da PUC-Minas. O estágio do norte de Minas era realizado dentro do Internato Rural, que foi criado como uma atividade de extensão, em 1984, para que ações de assistência em saúde mental fossem executadas no município de Montes Claros. Estas práticas possibilitaram que a Psicologia passasse atuar no nível primário de atenção em saúde mental.

A implementação do Internato Rural de Psicologia foi proporcionada pelo "Programa de Re-orientação da Assistência Psiquiátrica" do CONASP, pelo Programa de ações integradas em saúde (PAIS) e pelo Projeto Montes Claros. Segundo Cornelis van Stralen, a discussão sobre hospitais psiquiátricos não acontecia no Internato pelo fato de não existirem tais instituições no norte de Minas. Os alunos estagiavam na ala de psiquiatria do Hospital geral de Montes Claros e em outros espaços onde houvesse demanda comunitária. Ackerman foi um dos alunos que estiveram na segunda turma que morou em Montes Claros. Segundo ele, o Projeto Montes Claros teve relação direta com a implantação de equipes de saúde mental no norte de Minas, da qual ele participou profissionalmente depois de terminar o período de sua graduação.

A influência destas práticas no curso de Psicologia pôde ser observada na abordagem de conteúdos da Psicologia social e da Psicanálise. Nas práticas de reorientação da assistência psiquiátrica, tanto a lógica da Reforma sanitária quanto a da Reforma Psiquiátrica eram adotadas. A entrada da Psicologia na área de saúde mental, neste sentido, foi auxiliada pelas novas diretrizes adotadas pelos serviços de saúde pública, que priorizavam o atendimento a egressos psiquiátricos, neuróticos, psicóticos, alcoólatras e epiléticos nos ambulatórios; e a organização da atenção à saúde mental de forma hierarquizada e regionalizada, através do trabalho interdisciplinar. Isto nos permite compreender os efeitos observados nas atividades curriculares, de extensão e pesquisa dentro deste período, dentre eles, as atividades de extensão oferecidas pelo Projeto Metropolitano. Suas atividades, ocorridas durante as décadas de 70 e 80, visavam a um atendimento à bairros periféricos da região metropolitana de Belo Horizonte. Desta forma, os alunos de Psicologia atuavam tanto em Centros de Saúde quanto em escolas e creches comunitárias. O trabalho consistia em

realizar atendimentos individuais e em grupo, juntamente com outros funcionários (enfermeiros e assistentes sociais, principalmente). As práticas exercidas, neste contexto, foram: visitas domiciliares, atividades de controle de doenças transmissíveis, programa de saúde escolar, educação para a saúde, psicologia clínica, aplicação e correção de testes, grupos operativos de mães e de gestantes. A análise de documentos referentes a estas atividades nos permitiu observar a atuação de diversos professores, dentre eles, Cornelis Johannes van Stralen, Marília Mata Machado, Júlio Miranda Mourão, José Maria de Moraes Caldeira, Maria Clara de Castro Rezende, Mary Norton de Meccat Quintela Godoy, Elizabeth de Melo Bonfim.

Além disto, o Setor de Psicologia social, na década de 80, também ofertava estágios curriculares em Intervenção Psicossocial dentro do Hospital Galba Velloso e em comunidades periféricas, tais como a Vila Acaba Mundo. Segundo o relato de Tibúrcio, em 1984 este estágio propunha intervenções em reunião geral no Hospital Galba Velloso, coordenada pelo psiquiatra César Rodrigues Campos, importante ator do processo da Reforma Psiquiátrica mineira. Esta era uma proposta do próprio César, de oferecer um campo de atuação aos alunos universitários para além do mero aprendizado das aulas de Psicopatologia. Este espaço permitia ao aluno vivenciar uma experiência completamente diferente do que era ofertado comumente nos outros estágios.

No âmbito das ações estudantis, neste período teve início o Projeto de extensão Guimarães Rosa, no Instituto Raul Soares, em 1980, através da iniciativa de “Chuvito” (apelido de Afonso Fleury), então estudante de Psicologia da UFMG. Identificamos também que, nesta época, os alunos organizavam grupos de discussão onde as leituras de Foucault, Levi Strauss, Jurandir Freire Costa e Robert Castel eram realizadas. São exemplos o Grupo de Trabalhos Estruturalistas e as atividades realizadas pelo Centro de estudos de Psicologia (CEP). Neste período havia uma preocupação, por parte dos alunos, em ocupar espaços no Colegiado para que eles também participassem do processo de decisões relacionadas ao curso. Tibúrcio cita a criação de um jornal e uma rádio, chamados de Pingolinho Trombeteiro, de sua própria autoria, onde as questões relacionadas ao curso eram discutidas criticamente.

O destacado Projeto Guimarães Rosa, desenvolvido no Instituto Raul Soares (IRS) no início dos anos 80, foi um trabalho alternativo e voluntário. Suas atividades visavam a uma maior integração dos pacientes ao ambiente hospitalar. Para isto, foram propostas atividades, tais como Rocinha, Porteirinha e MOBREAL, onde era focalizado o processo de ressocialização

dos pacientes dentro da instituição psiquiátrica e em suas comunidades de origem.

Em relação à crescente influência da Psicanálise e da Psicologia social na década de 80, segundo Tibúrcio, a formação psicanalítica trouxe questionamentos acerca da prática clínica em saúde mental, através das discussões realizadas pelo Instituto Brasileiro de Psicanálise, Grupos e Instituições (IBRAP-SI). Para ele, essas discussões encorajavam os estudantes a enfrentarem a psicose, pois a atuação neste tipo de prática necessitava deste tipo de reflexão, visto que ideologicamente, apesar de muitas pessoas serem contra os hospícios, muitos não sabiam lidar com “o louco fora do hospício na sua responsabilidade” (informação oral de Tibúrcio em entrevista, 2007). A atitude crítica foi possibilitada, segundo ele, pelas disciplinas de Psicologia social, onde foram lidos textos de autores como Baságlia e Barembliitt, que apresentavam questionamentos acerca das instituições psiquiátricas e da ordem médica.

O Centro de Atendimento de Psicologia (CEAP), dentro deste contexto, realizava atividades centradas apenas na ênfase clínica, o que, segundo Tibúrcio, não preparava os futuros profissionais para atuarem em instituições em que a lógica deveria ser modificada, como no caso da assistência ao portador de sofrimento mental, visto que nestes espaços havia uma necessidade de que os profissionais ultrapassassem o modelo de psicólogo clínico. Neste sentido, a documentação coletada referente às atividades do CEAP demonstraram, de fato, predominância de atendimentos clínicos individuais. Apesar de terem ocorrido intervenções em diversas atividades do Projeto Metropolitano, elas aconteceram em menor número em relação aos outros serviços oferecidos pela clínica.

As intervenções realizadas neste contexto foram problematizadas por Santiago e colaboradores (1998), visto que pareceram contribuir para a constituição de novas demandas em saúde mental, compostas por escolares, neuróticos não graves e por pacientes com queixas psicossomáticas. Segundo o que era definido pelo Programa de Ações de Saúde Mental para a Região Metropolitana de Belo Horizonte, os psicólogos não realizavam atendimentos aos egressos dos hospitais psiquiátricos nos centros de saúde. Desta forma, além dos hospitais não enviarem seus pacientes para estes locais, os próprios psicólogos faziam uma seleção de clientela, adequando-os aos moldes psicoterapêuticos tradicionais. Esta situação demonstra a ausência de práticas na formação em psicologia que pudessem qualificar o psicólogo para a atuação específica na área.

Na Pró-reitoria de graduação (PROGRAD-UFMG), acessamos documentos referentes às mudanças curriculares ocorri-

das, principalmente no curso de Psicologia na década de 80. Estas modificações se referiam à adaptação curricular e à adequação dos professores e da carga horária de determinadas disciplinas. O currículo do curso, nesta década, não apresentou alterações significativas para nossa temática. Após a reforma curricular de 1974, a partir das consultas feitas aos catálogos de graduação de 1976 e 1995, não percebemos mudanças significativas de acordo com nossa temática.

Na Pró-reitoria de pesquisa (PROPq – UFMG) e na Biblioteca Central, obtivemos alguns títulos de pesquisas realizadas durante a década de 80 que abordavam a temática de saúde mental. Os seguintes títulos de pesquisas foram catalogados: “Saúde mental e currículo médico: uma contribuição para o debate” de I. M. Pádua, onde a pequena carga horária destinada ao conteúdo de Psicologia no curso de Medicina é problematizada, presente no Caderno Internato Rural, de 1983; “Desrazão de grupos operando em uma instituição psiquiátrica”, em 1986, de Maria Regina Durães de Godoy Almeida; “Sugestões para a disciplina de Psicologia Comunitária e Ecologia Humana”, em 1986, de Marília Novais da Mata Machado; “Notas para uma proposta de atuação do psicólogo na área de saúde pública”, em 1986, de A. Giuisoli; “Um referencial especial para a disciplina Psicologia Comunitária e Ecologia Humana: o ecodesenvolvimento”, em 1986, de Júlio Miranda Mourão; “Psicólogos: como são, como serão?”, em 1986, de Anna Lúcia Teixeira Barbosa; Notas sobre “A formação do psicólogo na Universidade Federal de Minas Gerais”, em 1986, de A. S. Giusta, Marília Novais da Mata Machado, R. H. Campos; “A formação do trabalhador de saúde mental / a formação do psicólogo”, em 1987, de Elizabeth de Melo Bomfim; “Aspectos positivos e negativos na formação do psicólogo: uma contribuição para análise do currículo”, em 1987, de Anna Edith Bellico Costa e Ione Scarpelli Pereira; “Por uma ética das instituições” e “Psicanálise, universidade e discurso”, em 1987, de Célio Garcia, da revista Fala Galba; “A mulher de periferia urbana e seu papel estabilizador de saúde mental”, em 1987, de Maria Conceição Lanna Wykrota; “A democratização dos serviços de saúde: o programa de trabalho do Centro Metropolitano de Saúde”, em 1968, “Estudo comparativo das ações integradas de saúde”, em 1990, “Avaliação do acesso aos serviços de saúde: um estudo de caso”, em 1990, “Avaliação qualitativa dos serviços de saúde no processo de implantação dos distritos sanitários”, em 1990, de Cornelis Johannes van Stralen.

4 CONCLUSÃO

A partir dos dados apresentados, podemos avaliar a participação da UFMG no processo de Reforma psiquiátrica mineira. A extensão de nossos argumentos, neste momento, não impede que novas formulações posteriores sejam desenvolvidas, visto que, de acordo com nossa análise, muitos pontos ainda necessitam de maiores investigações.

As instituições citadas em nosso estudo nos permitiram perceber uma rede de relações bastante complexa entre a Universidade e os serviços prestados em saúde mental. A presença de alguns dos atores entrevistados nesses diversos contextos nos permitiram perceber várias questões que precisam ser melhor estudadas na assistência à saúde mental. De acordo com Santiago e colaboradores (1998), o atendimento psicológico estruturado nos princípios promulgados pela Constituição de 1988, onde foi preconizada a implantação do Sistema Único de Saúde (SUS), permitiu que fosse observado certo despreparo dos profissionais das mais diversas áreas. Vários aspectos observados na dinâmica dos Centros de saúde fizeram com que ele apontasse que os atendimentos pouco específicos em saúde mental podem impedir que se estabeleçam prioridades e políticas públicas sintonizadas com o ideário da reforma psiquiátrica.

Neste sentido, a formação profissional clínica oferecida aos profissionais de saúde mental deve ser problematizada, o que se aplica devidamente ao processo observado no curso de Psicologia da UFMG. As alterações curriculares, desde a primeira e praticamente única reforma em 1974, se mostraram pouco adequadas às necessidades específicas que o campo de saúde mental exige. Exemplo disto, é que até hoje o currículo não contempla nenhuma disciplina obrigatória de saúde ou de saúde mental, conteúdo pontualmente tratado por eventuais disciplinas optativas ou por inserção livre em outras disciplinas por professores vinculados a essas áreas. Muitas atividades de pesquisa e extensão abordaram temas bastante relevantes para a área. No entanto, a formação voltada para a prática clínica, fortemente influenciada pelas atividades curriculares avaliadas, merece ser destacada, pois isto pode contribuir para a construção de uma identidade profissional distante do que se espera na área de saúde mental, provocando, assim, uma falta de apoio institucional aos serviços oferecidos pela Psicologia, visto que sua efetividade dificilmente é alcançada.

O contexto avaliado nos permite concordar com a afirmação de Vasconcelos (2004, p. 5), de que “temáticas como saúde pública, saúde mental, psiquiatria social, psicologia comunitária (Vasconcelos, 1985), epidemiologia psiquiátrica (Almeida Filho

et al., 1989), antropologia voltada para as questões da saúde mental [...]” estão ausentes nos cursos onde a graduação prioriza a prática clínica em suas disciplinas. O curso de Psicologia da UFMG, apesar de ter desenvolvido diversas atividades comunitárias e cuidado de introduzir conteúdos teóricos críticos, pouco preparou em termos concretos seu corpo docente para atuação na área.

Desta forma, o credenciamento de competências profissionais também deve ser analisado, visto que, em nome de um saber instituído pelas profissões que compõem o campo da saúde mental, diversas práticas contrárias à lógica defendida pela reforma psiquiátrica permaneceram presentes nesses serviços (SANTIAGO et al., 1998). Para isto, torna-se necessário evidenciarmos a forma com que foi estabelecida a relação entre os profissionais de saúde mental, os usuários dos serviços e a cultura produzida pelas universidades, para que possamos elucidar as possíveis causas da permanência de determinadas práticas em detrimento de outras. Isto nos permite avaliar as iniciativas do Setor de Psicologia social como insuficientes para mudar fundamentalmente a formação profissional dominante no curso de Psicologia da UFMG.

O ensino de Psicopatologia na UFMG, uma importante disciplina no campo da saúde mental, segundo o estudo de Ferrari (2004), apresenta sua ementa fortemente marcada pela psicanálise. Este fato, ao ser interpretado por muitos psicanalistas como inapropriado, devido à forma pela qual o ensino de Freud e Lacan foi adotado nas universidades, nos sugere que as distorções de conteúdo, proporcionadas por traduções frequentemente equivocadas, podem também contribuir para o despreparo dos profissionais de Psicologia no campo da saúde mental.

Percebemos a dificuldade de traçarmos uma sequência linear de fatos quanto à participação do curso de Psicologia da UFMG no processo de Reforma psiquiátrica mineira. A realidade se mostra bem mais contraditória do que linear. Resta a nós o incentivo de direcionar nossas investigações na direção de analisar em que nível essas relações contraditórias foram continuamente reproduzidas. Apesar das análises se situarem em um determinado período histórico, a predominância de um pensamento conservador ainda pode ser percebida. A ênfase na prática clínica e o déficit curricular de disciplinas que abordem o conteúdo de saúde mental de forma crítica ainda são dificuldades que necessitam ser superadas. Neste sentido, um dos pontos abordados por Santos (2003, p. 225) tem sido convergente com a presente análise: “A universidade é talvez a única instituição nas sociedades contemporâneas que pode pensar

até as raízes as razões por que não pode agir em conformidade com o seu pensamento”. Esta tentativa de elucidar as complexas redes da relação entre a Universidade e a Reforma, deste modo, tem nos auxiliado a intervir constantemente nos espaços investigados. Pensar o próprio processo de análise como uma intervenção, nos permite utilizar os fatos “desconhecidos” como instrumentos de mudança do presente para que, na medida em que forem compreendidos no fluxo intrincado da história, possam ser integrados na ação prática transformadora.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. R. D. G. Des-razões de grupos operando em uma instituição psiquiátrica. In: ENCONTRO MINEIRO DE PSICOLOGIA SOCIAL, 1, 1985. Organizado por BOMFIM, E. M. **Anais...** São João Del Rei, MG: UFSJ, 2004. p. 43-49.
- BAREMBLITT, G. **Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Rosa dos Tempos, 1994.
- CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1991.
- FERRARI, I. F. Os Cursos de Psicologia de Minas Gerais e a presença da Psicanálise na disciplina Psicopatologia. **Mal-estar e subjetividade**, Fortaleza, v. IV, n. 2, p. 372-391, 2004.
- GARCIA, C. Psicologia social em Minas: memórias e histórias. In: BOMFIM, E. M. et al. (Orgs.). **Psicologia Social: memórias, saúde e trabalho**. São João Del Rei, MG: UFSJ, 2004. p. 10-18.
- LAPASSADE, G. **Grupos, organizações e instituições**. Rio de Janeiro, RJ: F. Alves, 1989.
- LOURAU, R. **A análise institucional**. Petropolis, RJ: Vozes, 1975.
- MACHADO, M. N. M. Práticas Pedagógicas da Psicossociologia nos anos 60 e 70. In: JACÓ-VILELA, A. M.; CERREZZO, A. C.; RODRIGUES, H. B. C. (Orgs.). **Clio-psyché hoje**. Fazer e dizeres psi na história do Brasil. Rio de Janeiro, RJ: Relume-Dumará, 2001. p. 35-40.

_____. Transversos do social e alquimias da prática em Psicossociologia. In: ENCONTRO MINEIRO DE PSICOLOGIA SOCIAL, 1, 1985. Organizado por BOMFIM, E. M. **Anais...** São João Del Rei, MG: UFSJ, 2004a. p. 51-58.

_____. O Setor. In: BOMFIM, E. M. et al. (Orgs.). **Psicologia Social: memórias, saúde e trabalho**. São João del Rei, MG: UFSJ, 2004b. p. 32-48.

SANTOS, B. S. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo, SP: Cortez, 2003.

SANTIAGO, J. et al. **A saúde mental no município de Belo Horizonte: "Prática em saúde mental nos centros de saúde" (1995-1998)**. Belo Horizonte, MG: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 1998. [Relatório de Pesquisa].

VASCONCELOS, E. (2004). Mundos paralelos, até quando? Os psicólogos e o campo da saúde mental pública no Brasil nas duas últimas décadas. **Mnemosine**, v. 1, n. 0. Disponível em: <<http://www.cliopsyche.cjb.net/mnemo/index.php/mnemo/article/view/194/269>>. Acesso em: 18 jun. 2007.

Recebido em: 29 abril 2008

Aceito em: 26 fevereiro 2009